

# **Sumário**

Introdução .....	1
1. Acesso à Justiça e Fundamentação da Legitimidade para a Defesa de Interesses e Direitos Coletivos <i>Lato Sensu</i> .....	5
1.1 Iniciativa coletiva: considerações iniciais .....	11
1.2 Iniciativa dos entes públicos, em especial, do Ministério Público .....	17
1.3 Sobre a legitimação ministerial para direitos individuais homogêneos....	28
1.4 Summa divisio e a solução mista da colegitimação (entes públicos e formações sociais) .....	33
2. Participação e Representação no Processo Coletivo – Contribuição da Ciência Política .....	43
3. Devido Processo Legal – Representação e Participação – do "Garantismo Individual" ao "Garantismo Social ou Coletivo" .....	59
4. O Controle da Adequação da Representatividade/Representação do Legitimado Ativo Coletivo .....	67
4.1 Controle da adequação do Ministério Público .....	77
4.2 Mas de que controle se está falando? .....	89
4.3 Problemas do controle da adequação .....	97
4.4 A inadequação da representatividade como condição da ação (ausência de interesse de agir) ou como pressuposto processual (interesse processual).....	102
4.5 A adequação da representatividade do legitimado coletivo de acordo com a difusão dos direitos metaindividuals sobre pessoas e comunidades .....	114

5. Democratização do Processo Judicial como Solução para a Inadequação da Representação/Representatividade do Legitimado Coletivo e Atuação no Inquérito Civil Público como Possível Parâmetro para o Ministério Público.....	123
5.1 Avaliação antecipatória e/ou retrospectiva da atuação do legitimado coletivo – processo dialógico e abertura da participação aos demais colegitimados .....	123
5.2 Atuação prévia e extrajudicial como parâmetro da adequação da representatividade/representação do Ministério Público .....	136
5.3 Atendimento ao público .....	143
5.4 Consultas Públicas .....	144
5.5 Audiências Públicas .....	151
5.6 Instrumentos de fomento à participação popular e ao controle social de políticas públicas .....	157
6. Pesquisa Empírica .....	173
6.1 Anteriores pesquisas empíricas no Direito sobre a atuação do Ministério Público que provocaram a iniciativa do presente estudo .....	173
6.2 Metodologia da presente pesquisa .....	177
6.3 Dos dados coletados e suas análises .....	180
7. Conclusão .....	187
Referências .....	193